

2 – INFORMAÇÕES DO FISCAL ÚNICO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA DAS EMPRESAS MUNICIPAIS:

Da DCPCG submetendo a reunião do Executivo Municipal as Informações do Fiscal Único referentes ao 1º Semestre de 2019 das seguintes Empresas Municipais:

- a)** - TUB - Transportes Urbanos de Braga;
- b)** - IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.;
- c)** - AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.;
- d)** - BRAGAHABIT - Empresa Municipal de Habitação de Braga;
- e)** - TEATRO CIRCO DE BRAGA, EM, S.A.

Os referidos documentos dão-se como reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao Livro de Atas, depois de rubricados por todos os membros presentes.

Relatório do Documento entrada n.º 68015 de 03/12/2019

DOCUMENTO Nº

DATA 00/00/0000

REFERÊNCIA

REGISTADO: lara.coelho

ATUALIZADO: lara.coelho

ASSUNTO

Informação Semestral do Fiscal Único - Informação - AGERE - BRAVAL - TUB - BRAGAHABIT - IB E TEATRO CIRCO DE BRAGA

REMETENTE EXT.: G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA.

TIPO DE DOCUMENTO CORRESPONDÊNCIA

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Func.: Ana Paula Cunha Ferreira Portela

PROCESSO N.º

CLASSIFICAÇÃO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(4) Movimentado no dia 04/12/2019 15:36 para Func.: Ana Paula Cunha Ferreira Portela

Efetuada por Func.: 5367 - Sandro Miguel da Costa Louro(sandro.louro)

Motivo: A alínea h) do n.º 6 do artigo 25º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estabelece que, sem prejuízo das competências que lhe são atribuídas pela lei comercial, compete, em especial, ao fiscal único, entre outras: Remeter semestralmente ao órgão executivo da entidade pública participante informação sobre a situação económico -financeira da empresa local.
Remete-se para os devidos efeitos.

(3) Movimentado no dia 04/12/2019 11:39 para Func.: Sandro Miguel da Costa Louro

Efetuada por Func.: 5267 - Francisca Maria de Sequeiros Barreto e Araújo(francisca.araujo)

Motivo: Por despacho do Sr. Presidente. Segue o original por protocolo.

(2) Movimentado no dia 03/12/2019 11:54 para Serv: DAC - CORRESPONDÊNCIA

Efetuada por Func.: 4692 - Lara Marta Pinheiro Coelho(lara.coelho)

Motivo: Aguardar despacho de Sr. Presidente

(1) Movimentado no dia 03/12/2019 11:53 para Serv: DAC - CORRESPONDÊNCIA

Efetuada por Func.: 4692 - Lara Marta Pinheiro Coelho(lara.coelho)

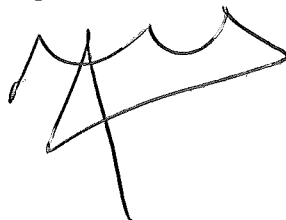
Motivo: Registo original!

Anexos do documento

Tipo doc.: Despacho | Data: 04/12/2019

Conhecimentos do documento

Enviado para o Func. 5733 - Ana Paula Cunha Ferreira Portela, no dia 04/12/2019 11:39, por francisca.araujo

A S do Louro
19/12/19




G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto)

TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.

1.º Semestre de 2019



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO
- III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
- VII. CONCLUSÃO



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de fiscal único da **TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2019.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2019 (que evidencia um total de 11 602 216 euros e um total de capital próprio de 1 365 397 euros, incluindo um resultado líquido de 9 392 euros) e à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração relativamente ao semestre em causa e aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculamos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

I. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportados a 30 de junho de 2019, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

II. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 1 de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

III. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. O valor líquido do ativo resume-se essencialmente ao ativo não corrente, onde se destacam as rubricas de ativos fixos tangíveis – 86% e ativos intangíveis – 3%. Ressalvamos a necessidade de proceder a melhorias quanto aos ativos fixos tangíveis e aos ativos intangíveis, quer no que se refere ao seu reconhecimento contabilístico e registo atualizado em ficheiro próprio, quer quanto às respetivas depreciações, ao cômputo dos montantes registados a título de trabalhos para a própria entidade e ao reconhecimento a rendimentos dos respetivos subsídios ao investimento, incluindo o respetivo suporte documental.
2. O ativo da TUB sofreu uma diminuição de aproximadamente 5% em relação a 31 de dezembro de 2018, explicado sobretudo pela diminuição do saldo de clientes.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

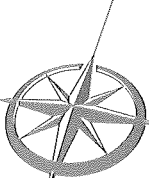
3. Quanto ao passivo, constatamos que os financiamentos obtidos representam 68% do total do passivo e do capital próprio da entidade.
4. A diminuição do passivo em cerca de 6% face a 31 de dezembro de 2018 deve-se sobretudo à evolução das rubricas de financiamentos obtidos e outras dívidas a pagar.
5. No passivo não corrente, as outras dívidas a pagar referem-se à dívida à ADSE, que a entidade entende não ser exigível no curto prazo.
6. Apesar de o capital próprio no final do semestre ser positivo, a entidade permanece numa situação de perda de metade do capital, prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, sendo por isso necessário adotar medidas para a recomposição do capital social, conforme já referimos em relatórios anteriores.

IV. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da conta de resultados salientamos os seguintes aspetos:

1. O resultado líquido semestral passa de 86 233 euros, no período homólogo, para 9 392 euros em 30 de junho de 2019. Contudo, para além do mencionado no ponto 1. do capítulo anterior, alertamos para o facto de não ter sido levado em conta o princípio da especialização no período, bem como não existir o adequado suporte documental em alguns rendimentos, nomeadamente alugueres. Não estando ainda especializados os rendimentos relativos ao PART (Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos). Por tudo isto, o resultado do período poderia ser divergente do apresentado e eventualmente no sentido positivo.
2. Os subsídios à exploração resultam essencialmente dos montantes relativos ao Contrato-Programa – 2019 celebrado com o Município de Braga.

5



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

3. A rubrica de gastos com pessoal revela-se como a mais significativa, mantendo-se estável face ao período homólogo.
4. Em termos gerais, reiteramos a necessidade de uma aplicação mais rigorosa do regime de acréscimo (periodização económica), bem como da continua revisão e ajustamento dos processos e procedimentos internos.

V. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a breves comentários de alguns dos rácios que calculamos e que se nos afiguram mais significantes:

Rácios	jun-19	dez-18	Var. Abs.
Liquidez Geral (AC/PC)	0,19	0,24	-0,06
Autonomia Financeira (CP/A)	12%	11%	1 p.p.
Solvabilidade (CP/P)	13%	12%	2 p.p.
Endividamento (P/A)	88%	89%	-1 p.p.

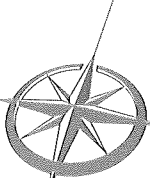
Legenda: AC – Ativo corrente PC – Passivo corrente A – Ativo P – Passivo CP – Capital Próprio

O rácio de liquidez geral apresenta, no final do primeiro semestre do ano 2019, valores inferiores à unidade, o que em termos práticos significa que a entidade evidencia dificuldades em satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

Em relação ao rácio de autonomia financeira, este aumenta cerca de 1 p.p. quando comparado com o período transato, devido ao aumento do capital próprio e diminuição do ativo.

No que respeita ao equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, e tendo em conta o rácio de solvabilidade, verificamos um aumento de 2 p.p., resultante do aumento do capital próprio e diminuição do passivo.

O rácio de endividamento apresenta uma ligeira diminuição em relação a 31 de dezembro de 2018, como consequência de uma diminuição do passivo ligeiramente superior à do ativo.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

VI. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela **TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2019, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

Braga, 11 de outubro de 2019.

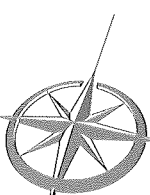
G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)



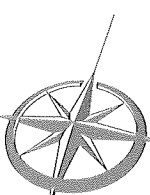
G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto)

IB – Agência Para a Dinamização Económica, E.M.

1.º Semestre de 2019



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO
- III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
- VII. CONCLUSÃO



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de fiscal único da **IB – Agência Para a Dinamização Económica, E.M.** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da empresa.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2019.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2019 (que evidencia um total de 1 261 099 euros e um total de capital próprio de 642 839 euros, incluindo um resultado líquido de 283 355 euros) e à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração relativamente ao semestre em causa e aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculamos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhe atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

I. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportadas a 30 de junho de 2019, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

II. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 01 de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

III. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. No ativo os valores resumem-se essencialmente às rubricas de Clientes – 41%, Caixa e Depósitos Bancários 30%, Ativos fixos tangíveis – 18%, e Outros créditos a receber – 10%.
2. O total do ativo da entidade cresceu aproximadamente 20%, quando comparado com a posição financeira a 31 de dezembro de 2018. Para isso contribuiu essencialmente o acréscimo na rubrica de caixa e depósitos, correspondentes ao primeiro semestre de 2019.
3. Salientamos ainda que no primeiro semestre de 2019 não foi tida em consideração a política de reconhecimento de imparidades em saldos a receber preconizada pela



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

entidade, uma vez que não foi registado qualquer montante desta natureza no período em análise.

4. Quanto ao passivo, constatamos que diminui cerca de 5%, essencialmente pela diminuição das rubricas de fornecedores e de financiamentos obtidos.
5. Em relação aos fornecedores, representativos de 39% do total do balanço, o principal saldo refere-se a dívidas à ADSE, no montante de 119 252 euros.
6. As outras dívidas a pagar refletidas em passivo não corrente referem-se aos ajustamentos de impostos em subsídios ao investimento. Quanto às outras dívidas a pagar no passivo corrente, o saldo mais significativo corresponde à estimativa de remunerações, no montante de 119 247 euros.

IV. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da conta de resultados salientamos os seguintes aspetos:

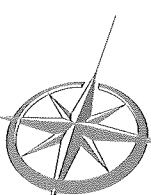
1. O resultado líquido semestral melhorou face ao período homólogo anterior, passando de 2 300 euros para 283 355 euros. Esta variação resulta essencialmente da retoma da atividade operacional da entidade, consubstanciada no aumento dos serviços prestados quanto a Feiras Exposições e Aluguer de Instalações.

V. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a breves comentários de alguns dos rácios que apuramos e que se nos afiguram mais relevantes:

Rácios	jun-19	dez-18	Var. Abs.
Liquidez Geral (AC/PC)	1,75	1,28	0,47
Autonomia Financeira (CP/A)	51%	38%	13 p.p.
Solvabilidade (CP/P)	104%	62%	42 p.p.
Endividamento (P/A)	49%	62%	-13 p.p.

Legenda: AC – Ativo corrente / PC – Passivo corrente / A – Ativo / P – Passivo / CP – Capital Próprio



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

O rácio de liquidez geral apresenta, no final do primeiro semestre do ano 2019, valores inferiores à unidade, o que em termos práticos significa que a entidade continua a evidenciar dificuldades em satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

Pelo decréscimo do valor dos capitais próprios inferior ao decréscimo do ativo, o rácio de autonomia financeira aumentou cerca de 13 p.p., quando comparado com o período transato.

No que respeita ao equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, assistimos a um aumento do rácio de solvabilidade em 42 p.p., o qual é explicado essencialmente pelo aumento do capital próprio.

O rácio de endividamento apresenta uma diminuição face a dezembro de 2018, em consequência do aumento do valor do Ativo.

VI. CONCLUSÃO

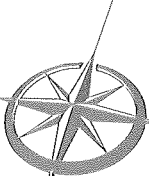
Com base no trabalho efetuado nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela entidade **IB – Agência Para a Dinamização Económica, E.M.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2019, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

Braga, 11 de novembro de 2019.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

6



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Representada por

F. Amorim

Fátima Amorim (ROC 1279, CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga - E.M.

1.º Semestre de 2019

17



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO
- III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
- VII. CONCLUSÃO



I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de fiscal único da **Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga - E.M.** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade.

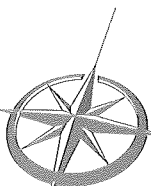
Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2019.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2019 (que evidencia um total de 141 214 379 euros e um total de capital próprio de 71 466 071 euros, incluindo um resultado líquido de 3 071 391 euros) e à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração relativamente ao semestre em causa e aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculamos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportadas a 30 de junho de 2019, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 01 de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019.

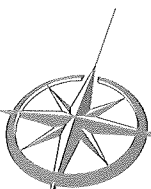
O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. No Ativo não corrente, as rubricas de Ativos fixos tangíveis e de Participações financeiras assumem-se como as mais significativas, representando aproximadamente 83% do valor líquido total do Ativo. Importa ainda referir que os ativos fixos tangíveis (representativos de 75% do Ativo líquido total) incluem investimentos em curso, no montante de 2 200 669 euros, e que as participações financeiras se encontram valorizadas ao método de equivalência patrimonial, sendo de destacar a participação de 79% na Braval. De salientar que, a sociedade mantém a participação financeira na entidade “Braval – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.”, situação que, quanto à sua permanência e à política de distribuição de



resultados, está já a ser analisada no quadro decorrente da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do contrato de concessão da referida participada.

2. O Ativo corrente da entidade sofreu um aumento superior a 6% face à situação evidenciada em 31 de dezembro de 2018, essencialmente devido à rubrica de Outros créditos a receber.
3. Nos Outros créditos a receber encontra-se reconhecido o montante global de 14 519 011 euros que a entidade espera receber do Município de Braga a título de indemnizações compensatórias (subsídios à exploração) referentes aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e primeiro semestre de 2019. Importa quanto a esta matéria referir que tal montante se encontra ainda a aguardar o necessário visto do Tribunal de Contas, tendo como efeito a sobreavaliação do resultado líquido do período, no montante de 1 331 933 euros, e dos capitais próprios, no montante de 13 187 078 euros, razão pela qual a nossa certificação legal das contas tem vindo a ser modificada quanto a esta matéria.
4. Quanto ao Passivo, constatamos que as rubricas de Financiamentos obtidos, Acionistas e Outras dívidas a pagar são as mais expressivas, representando cerca de 28%, 12% e 5% do total de balanço, respetivamente.
De referir que o saldo refletido no passivo não corrente na rubrica de Outras dívidas a pagar é referente ao ajustamento de imposto sobre os subsídios ao investimento.
5. Em relação à situação patrimonial apresentada em 31 de dezembro de 2018, verificou-se um aumento do Passivo de cerca 7%, em parte decorrente da rubrica de Acionistas, em virtude da deliberação de distribuição de dividendos efetuada ao Município de Braga e à *Geswater*, no decurso do primeiro semestre de 2019, mas também pelo aumento dos Financiamentos obtidos.
6. Quanto à rubrica de Resultados transitados, e em consequência da política de distribuição de resultados aos acionistas, que tem vindo a ser adotada pela entidade ao longo dos últimos exercícios, esta tendo vindo apresentar um saldo próximo de zero. Encontrando-se mesmo no presente período sem saldo a referida rubrica.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

7. A rubrica de Ajustamentos/outras variações no capital próprio inclui um saldo de 13 204 265 euros, que diz respeito a subsídios ao investimento de carácter não reembolsável, líquidos dos respetivos ajustamentos em impostos. Tais subsídios são objeto da correspondente imputação a rendimento, na rubrica de Outros rendimentos, na proporção das depreciações dos ativos subsidiados.
8. A referida rubrica inclui ainda os Ajustamentos em ativos financeiros, registados em capitais próprios, que apresentam em 30 de junho de 2019 um saldo de 9 706 797 euros, fruto da aplicação do método da equivalência patrimonial sobre a participação financeira na Braval.

V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da conta de resultados salientamos os seguintes aspetos:

1. O resultado líquido semestral sofreu acréscimo em cerca de 11% em relação ao período homólogo, para o qual contribuiu o aumento dos subsídios à exploração e das vendas e serviços prestados, de cerca de 29% e 4%, respetivamente.
2. A rubrica de Subsídios à exploração apresenta neste período um saldo de 1 338 276 euros, que diz basicamente respeito ao reconhecimento de indemnizações compensatórias que a entidade espera receber do Município de Braga, conforme referido no ponto 3. acima, quanto aos Outros créditos a receber.

VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a tecer breves comentários sobre a evolução de alguns rácios económico-financeiros, que entendemos contribuir para ilustrar a evolução da performance operacional e da situação patrimonial da entidade:



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Rácios	jun-19	dez-18	Variação
Liquidez Geral (AC/PC)	0,70	0,70	0,00
Autonomia Financeira (CP/A)	51%	53%	-3 p.p.
Solvabilidade (CP/P)	102%	114%	-12 p.p.
Endividamento (P/A)	49%	47%	3 p.p.

Legenda: AC – Ativo corrente PC – Passivo corrente A – Ativo P – Passivo CP – Capital Próprio

1. O rácio de liquidez geral manteve-se constante face a 31 de dezembro de 2018, o que em termos práticos significa que os ativos correntes da entidade permitem satisfazer uma menor proporção dos seus compromissos de natureza corrente, continuando a não serem suficientes para os liquidar na totalidade.
2. Quando comparado com o final do exercício de 2018, os capitais próprios apresentam uma diminuição, por um lado já explanada nos pontos anteriores e, por outro, pelo facto de incorporar um resultado do exercício referente ao semestre em análise (cerca de 50% do resultado de 2018), diminuição essa que se revelou, em termos relativos, superior ao aumento ocorrido no Ativo.

Assim, o rácio de autonomia financeira sofreu uma diminuição face a 31 de dezembro de 2018 de aproximadamente 3 p.p. Todavia, a entidade apresenta uma autonomia financeira de 51%, o que é revelador de uma estrutura de capitais equilibrada, na medida em que cerca de metade do seu Ativo é financiado por capitais próprios.

3. A combinação da diminuição dos capitais próprios (referida na nota anterior), com o aumento do passivo, em relação a 31 de dezembro de 2018, provocou uma diminuição de 12 p.p. no rácio de solvabilidade e um aumento de aproximadamente 3 p.p. no rácio de endividamento. No entanto, importa salientar que os referidos rácios comprovam a capacidade de autofinanciamento da entidade, com base maioritariamente em fundos próprios, em detrimento de financiamento externo.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

VII. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela entidade **Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga - E.M.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2019, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

Braga, 25 de novembro de 2019.

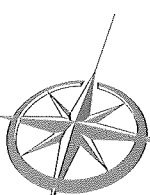
G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

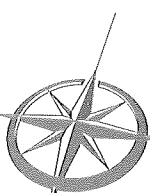
INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, EM

1.º Semestre de 2019

17

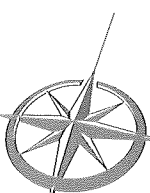


G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO
- III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
- VII. CONCLUSÃO

2



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de fiscal único da **BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da entidade.

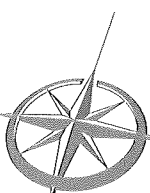
Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2019.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2019 (que evidencia um total de 16 460 258 euros e um total de capital próprio de 14 105 932 euros, incluindo um resultado líquido de 12 232 euros) e à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração relativamente ao semestre em causa e aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculamos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhes atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportadas a 30 de junho de 2019, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 01 de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019.

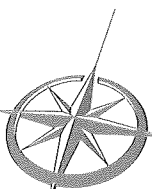
O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. Cerca de 54% do Ativo líquido refere-se às propriedades de investimento. Reiteramos a chamada de atenção para a necessidade de obtenção de avaliações do justo valor das propriedades de investimento da entidade, para efeitos de divulgação no anexo às demonstrações financeiras do período a findar a 31 de dezembro de 2019. Alertamos ainda para o facto de no período não obtermos mapas de depreciações passíveis de cruzamento com a contabilidade.
2. O Ativo da entidade sofreu um aumento de 5% relativamente ao período transato, acréscimo que resulta essencialmente do aumento dos outros créditos a receber, cujos principais saldos se referem aos valores a receber referentes aos subsídios ao investimento Norte 2020 dos Projetos de Reabilitação Sta Tecla e das Enguardas e ao



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Projeto de Eficiência Energética das Andorinhas, cujas obras estão a decorrer, reconhecidos no montante total de 4 742 436 euros.

3. Salientamos ainda que no primeiro semestre de 2019 não foi tida em consideração a política de reconhecimento de imparidades em saldos a receber preconizada pela entidade, uma vez que não foi registado qualquer montante relativo a imparidades sobre dívidas a receber, embora existam saldos pendentes com elevada antiguidade.
4. Quanto ao passivo da entidade sofreu um aumento de 44% relativamente ao período transato, o que resulta essencialmente do aumento da rubrica de diferimentos que representa 4% do total do balanço e da rubrica de Outras Dividas a Pagar que representa 2%, como consequência do reconhecimento do Contrato-Programa com o Município e do registo em Fornecedores de Investimento resultante das obras relacionadas com os Projetos de Reabilitação de Sta Tecla e Enguardas.
5. Quanto ao passivo, constatamos que a rubrica de diferimentos se afigura como a mais significativa, representando individualmente cerca de 4% do total de balanço, à data de 30 de junho de 2019.

V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da conta de resultados salientamos os seguintes aspectos:

1. O resultado líquido do primeiro semestre de 2019 apresenta-se positivo em 12 232 euros, o que denota uma evolução desfavorável em relação ao período homólogo anterior, o qual foi de 121 570 euros. Esta diminuição encontra-se essencialmente influenciada pelo aumento dos gastos com o fornecimentos e serviços externos e pela diminuição das vendas e serviços prestados.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

2. De salientar, contudo, que se verificou uma diminuição dos gastos com pessoal, situações que permitiram que o resultado não diminuísse ainda mais significativamente em relação ao período homólogo.
3. Para o referido resultado positivo contribuíram ainda as reversões de imparidades de dívidas a receber contabilizadas no período, no montante de 1 182 euros.

VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a breves comentários de alguns dos rácios que calculamos e que se nos afiguram mais relevantes:

Rácios	jun-19	dez-18	Var. Abs.
Liquidez Geral (AC/PC)	5,83	12,76	-6,93
Autonomia Financeira (CP/A)	86%	90%	-4 p.p.
Solvabilidade (CP/P)	599%	860%	-261 p.p.
Endividamento (P/A)	14%	10%	4 p.p.

Legenda: AC – Ativo corrente PC – Passivo corrente A – Ativo P – Passivo CP – Capital Próprio

O rácio de liquidez geral apresenta, no final do primeiro semestre do ano 2019, valores superiores à unidade, o que em termos práticos significa que a entidade poderá satisfazer sem dificuldades os seus compromissos de curto prazo. No entanto, esta liquidez encontra-se dependente das transferências do Município de Braga por via do Contrato-Programa e dos recebimentos dos clientes, sendo que este último fator representa alguns constrangimentos para a entidade, devido à natureza da atividade que esta desempenha.

Em relação ao rácio de autonomia financeira, este diminui 4 p.p. quando comparado com o período transato, essencialmente devido ao aumento do ativo.

Assim, a entidade apresenta uma autonomia financeira de 86%, o que é revelador de uma estrutura de capitais equilibrada, na medida em que a maior parte do seu Ativo é financiado por capitais próprios.

67.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

No que respeita ao equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, e tendo em conta o rácio de solvabilidade, verificamos uma diminuição decorrente do aumento do passivo.

Quanto ao rácio de endividamento, este apresenta um incremento de 4 p.p., também este explicado pelo aumento do passivo.

Importa ainda salientar que os referidos rácios comprovam a capacidade de autofinanciamento da entidade, com base maioritariamente em fundos próprios, em detrimento de financiamento externo.

VII. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela entidade **BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2019, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

Braga, 12 de novembro de 2019.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

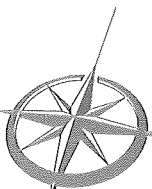
INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO

(artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.

1.º Semestre de 2019

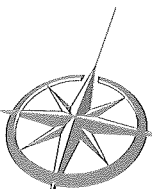
1
4.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO
- III. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO
- IV. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO
- V. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL
- VI. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA
- VII. CONCLUSÃO



I. INTRODUÇÃO

No âmbito do exercício das nossas funções de fiscal único da **Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.** (a entidade) incumbe-nos, em conformidade com o que preceitua o artigo 25º, nº 6 alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do regime jurídico da atividade empresarial local) dar semestralmente informação sobre a situação económica e financeira da empresa.

Vimos agora fazê-lo relativamente ao primeiro semestre do período de 2019.

Efetuámos uma análise ao Balanço, reportado a 30 de junho de 2019 (que evidencia um total de 1 972 228 euros e um total de capital próprio de 1 325 315 euros, incluindo um resultado líquido de 76 200 euros) e à Demonstração dos Resultados que nos foram apresentados pela Administração relativamente ao semestre em causa e aos respetivos pressupostos de base, a partir dos quais calculamos um conjunto de rácios, determinados em função do grau de importância que lhe atribuímos, nas circunstâncias concretas da entidade em causa.

I. RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a) A preparação do balanço e da demonstração dos resultados por naturezas intercalares, reportados a 30 de junho de 2019, tendo em conta as políticas e princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, sendo de particular relevância o princípio da especialização dos exercícios;
- b) A criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.



II. RESPONSABILIDADES DO FISCAL ÚNICO

A nossa responsabilidade consiste em prestar informação sobre a situação económica e financeira da entidade, referente ao período de 01 de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, em particular a ISAE 3000R – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos de auditoria sobre os elementos contabilísticos que suportam os mapas financeiros apresentados pela entidade foram adequados aos objetivos de garantia de fiabilidade a que nos propomos, sendo significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Assim, a presente informação assenta essencialmente em indagações ao órgão de gestão, em procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

III. ESTRUTURA GERAL DO BALANÇO

Da análise do balanço infere-se o seguinte:

1. Cerca de 63% do Ativo Líquido refere-se à rubrica de Ativos fixos tangíveis, sendo que esta corresponde, em grande medida, ao montante registado nas rubricas de Terrenos e Edifícios, rubricas em relação às quais sugerimos particular atenção e monitorização regular quanto à efetiva titularidade, valorização e mensuração desses ativos.
2. O ativo do Teatro Circo sofreu um aumento de aproximadamente 7% em relação a 31 de dezembro de 2018, para o qual contribuiu mais significativamente o aumento do saldo de clientes, de onde se destaca o Município de Braga.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

3. Quanto ao passivo, constatamos que as rubricas de financiamentos obtidos e de outras dívidas a pagar se afiguram como as mais significativas, resultando, em relação a esta última, grande parte do saldo da especialização de remunerações (encargos com férias, subsídio de férias e de Natal).
4. O passivo da entidade sofreu um aumento de aproximadamente 8% relativamente ao período transato, o que resulta essencialmente do aumento das rubricas de estado e outros entes públicos e de outras dívidas a pagar.

IV. ANÁLISE DA ATIVIDADE SEMESTRAL

Da conta de resultados salientamos os seguintes aspetos:

1. O resultado líquido do primeiro semestre de 2018 apresenta-se positivo em 76 200 euros, o que denota uma evolução favorável em relação ao período homólogo anterior, o qual foi positivo em 12 496 euros. Este aumento encontra-se essencialmente influenciado pelo aumento dos subsídios à exploração.
2. Os subsídios à exploração referem-se ao Contrato Programa com o Município de Braga, que em termos anuais apresenta um aumento superior a 39% face ao período anterior, pelo facto de algumas atividades que em 2018 estavam em prestações de serviços e agora são incorporadas no Contrato Programa.
3. Relativamente aos gastos, a rubrica de fornecimentos e serviços externos, também apresenta um aumento em relação ao período homólogo anterior, para a qual contribuíram os *Trabalhos especializados (cachês; sistemas de informação)* e *Honorários*.
4. Em termos gerais, reiteramos a necessidade de uma aplicação mais rigorosa do regime de acréscimo (periodização económica), bem como da continua revisão e ajustamento dos processos e procedimentos de controlo internos.



V. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na abordagem deste capítulo limitamo-nos a breves comentários de alguns dos rácios que apuramos e que se nos afiguram mais relevantes:

Rácios	jun-19	dez-18	Var. Abs.
Liquidez Geral (AC/PC)	1,12	1,09	0,03
Autonomia Financeira (CP/A)	67%	68%	-1 p.p.
Solvabilidade (CP/P)	205%	210%	-5 p.p.
Endividamento (P/A)	33%	32%	1 p.p.

Legenda: AC – Ativo corrente PC – Passivo corrente A – Ativo P – Passivo CP – Capital Próprio

O rácio de liquidez geral apresenta, no final do primeiro semestre do ano 2019, valores superiores à unidade, o que em termos práticos significa que a entidade poderá satisfazer sem dificuldades os seus compromissos de curto prazo. No entanto, esta liquidez encontra-se dependente em grande parte das transferências do Município de Braga, por via do Contrato-Programa e das prestações de serviços que lhe são efetuadas.

Em relação ao rácio de autonomia financeira, este diminui aproximadamente 1 p.p. quando comparado com o período transato. Assim, a entidade apresenta uma autonomia financeira de 67%, o que é revelador de uma estrutura de capitais equilibrada, na medida em que a maior parte do seu Ativo é financiado por capitais próprios.

No que respeita ao equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, e tendo em conta o rácio de solvabilidade, verificamos uma diminuição do mesmo.

Quanto ao rácio de endividamento, este apresenta um incremento de cerca de 1 p.p., pelo aumento do passivo mais significativo que o aumento do ativo, em termos relativos.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

VI. CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira disponibilizada pela entidade **Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.** para o período de 6 meses, findo em 30 de junho de 2019, contenha distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o normativo contabilístico vigente. Salientamos que a situação financeira e económica da entidade correspondeu ao que seria expectável, tendo em conta as características da atividade e as suas condições de exploração.

Braga, 18 de outubro de 2019.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)